

A economia circular de Maricá

Fabiano Horta*

30 de setembro de 2021 | 05h45



Fabiano Horta. FOTO: DIVULGAÇÃO

Entre março de 2020 e abril de 2021, quando a pandemia trouxe uma realidade inimaginável ao mundo, Maricá registrava 7% de crescimento em empregos formais, segundo o Caged do Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo em que enfrentávamos a crise sanitária com ações e cuidados, a nossa cidade, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, foi a única com mais de 100 mil habitantes no estado a gerar mais empregos com carteira assinada. De lá para cá, crescemos mais e, no primeiro semestre deste ano, aumentamos em 11,82% a empregabilidade. Não é milagre. É a prática de uma política que insere o povo no orçamento e cria uma economia circular.

A instituição da Renda Básica de Cidadania virou a Lei 10.835 em 2004, mas somente uma cidade do país — conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) — a pratica, e é Maricá. Esse fato chamou a atenção no exterior, e o nosso município ganhou a mídia estrangeira — as agências France Presse e Associated Press a elegeram como benchmarking; e nossa economia circular ainda estrelou reportagens em Al Jazeera (Qatar), BBC (GBR), NHK (Japão), RTP (Portugal), RDG (Noruega), The Economist, Financial Times (Inglaterra) e Der Spiegel (Alemanha).

Antes da peste chegar e se alastrar, Maricá já fazia um dever de casa com foco socioeconômico e inovador em gestão — muito falado, mas não antes executado.

Praticávamos a transferência de renda aos moradores. Em 2013, a gestão anterior, igualmente do PT, criou a moeda social Mumbuca, um cartão eletrônico para o beneficiário realizar seus gastos somente na economia do município.

PUBLICIDADE

Começava assim o programa de Renda Básica de Cidadania (RBC), que ampliamos em 2019 e atualmente resulta em 42.500 moradores recebendo créditos em moeda social local equivalentes a R\$ 300 por mês. A iniciativa significa uma injeção direta de recursos na economia da cidade de R\$ 12,7 milhões mensais. Nossa boa experiência inspirou programas similares no estado, como a Moeda Social Itajuru, em Cabo Frio; a Moeda Social Pedra Bonita, em Itaboraí; e a Moeda Social Arariboia, em Niterói.

Já na pandemia, Maricá combinou suporte efetivo de saúde com segurança social. Investimos mais recursos no Renda Básica de Cidadania e criamos novas linhas de auxílio – o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT), com reforço de R\$ 1.045 mensais a 23.500 trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEIs), profissionais liberais e autônomos prejudicados pelas medidas de isolamento, mais o Programa de Amparo ao Emprego (PAE). Neste, a partir de um cadastramento na Prefeitura, as microempresas locais passaram a receber um salário mínimo por funcionário com uma única contrapartida: a garantia do emprego dessas pessoas.

A lógica de fazer a economia girar sustenta-se ainda em outra frente, em que disponibilizamos linhas de crédito emergenciais para micro e pequenos empresários. No Fomento Maricá temos mais de mil contratos assinados, superando R\$ 15 milhões inseridos na economia, a partir de acesso fácil e rápido ao crédito, a juro zero e carência de um ano para começar a pagar.

Temos preocupação também com a segurança social no campo da mobilidade. Nosso sistema de transporte público é gratuito (sim, anda-se de ônibus de graça) com 30 linhas

que cobrem toda a cidade. São os nossos “vermelhinhos”. Além de consolidar o direito à mobilidade, o Tarifa Zero ampliou a circulação de pessoas e permitiu o aumento da atividade econômica. Os ônibus estão integrados a uma rede igualmente gratuita de bicicletas compartilhadas, as “vermelhinhas”. São 200 bikes em 20 estações construídas em mais de 50 km de ciclovias e ciclofaixas nos últimos anos.

Trabalhamos firmemente para realizar mais no presente, mas apostando no futuro. E futuro não existe sem Educação. Para nosso governo, esse investimento é mais que uma obrigação, é um xodó. Criamos um programa chamado Passaporte Universitário, que oferece bolsas de estudo integrais a cinco mil moradores que não teriam como pagar o ensino superior. São estudantes de diferentes carreiras e idades com a oportunidade de subir mais um degrau em cidadania. Com muita emoção, entregamos os diplomas aos primeiros 50 formandos em plena pandemia.

Quem olha de fora, poderia alegar que essa movimentação na economia deve-se ao recebimento de royalties. Seria uma definição rasa e simplista. As políticas sociais começaram em 2013, antes do recebimento dos royalties, que passou a ocorrer apenas em 2016. Além disso, há exemplos de cidades próximas a Maricá que viveram o impulsionamento por royalties do petróleo, mas lamentavelmente não o aproveitaram em benefício da população.

A propósito, nossa gestão não imagina o petróleo como um ciclo permanente, motivo pelo qual criamos um Fundo Soberano Municipal, já com mais de meio bilhão de reais em reserva para necessidades futuras. O fundo é como um garantidor de parcerias para investimentos públicos e privados, na construção da matriz pós-petróleo, do ciclo turístico e tecnológico. Mas, sobretudo, dialoga com a manutenção de nossas políticas sociais no longo prazo.

Naturalmente, como em todas as gestões, temos desafios permanentes a enfrentar, mas note-se a engrenagem em que o cidadão está no centro do orçamento e é por isso beneficiado. Não é discurso. Não é promessa. Acontece de verdade. Mais que compartilhar o exemplo de Maricá, esperamos estimular outros governos à prática da transferência de renda. A equação é de ganha-ganha: espelha justiça social a quem mais precisa e, por tabela, mantém a economia da cidade ativada.

***Fabiano Horta é prefeito de Maricá**